

Um mandato (e uma política) em xeque

Luiz Orlando Carneiro

ENQUANTO a Assembléia Nacional Constituinte vive, como era de se esperar, a crise infanto-juvenil da auto-afirmação — que só deverá começar a ser superada quando se instalar, ainda que a meia-bomba, o Congresso Nacional —, o Executivo atravessa um momento extremamente delicado em termos de possibilidades e vontade políticas.

Para o Governo é fundamental a definição da duração do mandato do presidente Sarney o mais rápido possível, pois o combate à hiperinflação que se avista no horizonte vai, em grande parte, depender da "expectativa de vida" do atual Chefe do Executivo. A própria reforma ministerial, esperada e desejada para meados do próximo mês, só poderia ser fechada sabendo o presidente se, afinal de contas, terá ainda mais quatro, três ou dois anos de mandato. Ele sente que não pode mais ficar, dois ou três meses, sem saber ao certo quando será levado a deixar o Palácio do Planalto.

Antes da instalação da Constituinte, previa-se que, lá para abril ou maio, a Assembléia discutiria para valer o comprimento do mandato do presidente Sarney, acabando por resolver se prevaleceriam os seis anos consagrados na Constituição vigente, ou se o mandato seria revisto com base nos poderes soberanos da Constituinte, e tendo em vista a cotação do Presidente no mercado político (leia-se: poder e desempenho do Executivo).

As coisas, no entanto, mudaram. O Executivo considera essencial a definição já da extensão do mandato presidencial para o anúncio, sem meias palavras, da política econômico-financeira corretiva, que não gerará os dividendos de popularidade da época do Cruzado-1. Muito pelo contrário. Mas, por outro lado, teme provocar a Assembléia Constituinte se procurar obter, através de suas lideranças — que ainda não controlam bancadas chucras e difusas — um ato constitucional fixando o mandato em pelo menos cinco anos. (Segundo a pesquisa *Veja-LPM* de domingo último, 40,6% dos constituintes querem quatro anos de mandato para Sarney, mas a soma dos que são por cinco ou seis anos é igual a 49%). O temor do "ato constitucional" é óbvio, pois, no momento em que o instrumento for usado para fixar o mandato do atual Presidente, poderá,

também, pelo menos em tese, ser manipulado para colocar em recesso o Supremo Tribunal Federal ou resolver que as Forças Armadas não se destinam "à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem".

Ao mesmo tempo em que as esquerdas e os "anjinhos" batem perigosamente na tecla de que a mesa da Constituinte, depois de ouvido o plenário, pode baixar atos alterando a Constituição vigente, o Partido Liberal provoca o Supremo Tribunal Federal, pedindo que ponha fim ao "tumulto jurídico no país", para usar palavras do responsável pela "consulta", o deputado Álvaro Valle, campeão de votos no Rio de Janeiro.

No entanto, não parece ser da competência do Supremo dirimir a controvérsia, pois conforme a Constituição (Art. 119, letra L) compete ao Tribunal processar e julgar, originariamente, "a representação do procurador-geral da República por inconstitucionalidade ou para interpretação de lei ou ato normativo federal ou estadual". Isto é, o Supremo manifesta-se em face de representação para interpretação de lei ou ato normativo. Diz, provocado, o que é ou não é constitucional, o que não parece ser o caso da "consulta" feita pelo PL.

A crise que aí está, conforme admitem os mais sensatos, dentro e fora do Governo, é eminentemente política. Só poderá ter solução política, e não jurídica. Espera-se agora que o triplice coroado Ulysses Guimarães — muito bem informado sobre os remédios amargos que o ministro Funaro tem na prateleira para tentar diminuir a febre das inflações endêmica e epidêmica — enquadre o "centro" do PMDB, que lhe é fiel, e que, juntamente com o PFL — partido hoje não totalmente confiável como ontem — consiga amarrar a base política do Governo no Congresso-Constituinte.

O presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, virtual "premier" do governo Sarney, não pode lavar as mãos neste transe por que passa o governo Sarney. Cheio de votos e louros, terá de demonstrar, mais do que nunca, que não chegou aonde está, apenas, para enriquecer seu excepcional curriculum de candidato à sucessão do atual Presidente da República, igualmente presidente de honra do PMDB e patrono do PFL.

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília